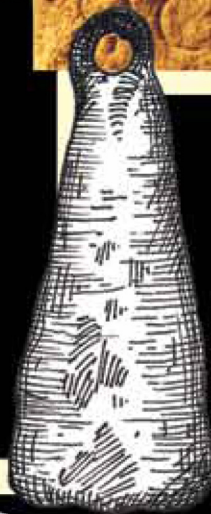
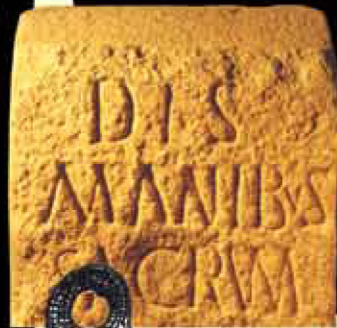


# EBVROBRIGA

História . Arqueologia . Património . Museologia

Revista do Museu Arqueológico Municipal  
José Monteiro  
do Fundão



# Ficha Técnica

**Director:** Manuel Frexes

**Coordenador Redactorial:** J. Mendes Rosa

**Secretariado da Redacção:** Carla Monsanto, Hugo Rodrigues, Joana Bizarro, Laura Ramalho, Miguel Gavinhos, Nuno Pimenta, Otilia Nunes, Paulo Gonçalves, Pedro Mendonça, Pedro Ribeiro.

**Propriedade:** Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

**Patrocinador oficial:** Crédito Agrícola

Caixa da Região do Fundão e Sabugal

**Conselho Editorial:** Adriano Vasco Rodrigues, Amílcar Guerra, Ana Mercedes Stoffel, António Martinho Batista, António Nabais, Armando Coelho Ferreira da Silva, Carlos Santos Banha, Enrique Ariño Gil, Fernando Patrício Curado, Francisco Faure, Henrique Coutinho Gouveia, Hugues de Varine, Jesús Liz Giral, Jesué Pinharanda Gomes, João dos Anjos Neves, João Mendes Rosa, João Trigueiros, Joaquim Candeias da Silva, Joaquim veríssimo Serrão, Jorge Alarcão, José Branquinho de Carvalho, José Cardim Ribeiro, José d'Encarnação, José Parcerias, José Santolaya Silva, Julián Bécares, Luís Raposo, Manuel Poças das Neves, Maria Carmen Sevillano San José, Maria Cruces Blásquez, Maria Paz Garcia Bellido, Mário Mendes Rosa, Mário Nunes, Marcos Osório, Martín Almagro Gorbea, Miguel G. Figuerola, Paulo Fernandes, Pedro Carvalho, Raquel Vilaça, Socorro Lopez Plaza, Trinidad Nogales Basarrate.

**Concepção gráfica original:** Cláudia Saraiva | J. Mendes Rosa

**Design gráfico e paginação:** Belarmino Lopes

**Impressão:** Grafisete - Artes Gráficas, Lda.

ISSN: 1645-9687

Depósito Legal: 255163/07

Periodicidade: Anual

Edição: N.º 4

Pedidos de exemplares e correspondência relativa a colaboração e permuta devem ser dirigidos a:

**EBUROBRIGA - Museu Arqueológico Municipal José Monteiro**

Rua do Serrão, N.º 13-15 • 6230-418 FUNDÃO

Telefone: 275 774 581 | 82

Fax: 275 774 583

[museuarqueologicof@gmail.com](mailto:museuarqueologicof@gmail.com)

Solicita-se permuta / On demand l'échange / Man bitten um Austausch / Exchange requested

# O Monumento Romano da Quinta da Caneca

(SALGUEIRO, FUNDÃO)

Pedro C. Carvalho

José d'Encarnação

Embora já várias vezes referido, o monumento epigráfico romano achado na Quinta da Caneca (Salgueiro, Fundão) reveste-se, pela sua forma, de invulgar interesse histórico, que ainda não terá sido devidamente realçado.

É, pois, nossa intenção proceder aqui ao seu estudo, tão exaustivo quanto possível, nomeadamente do ponto de vista epigráfico, e mostrar como – mais uma vez – não é a abundância de letras directamente proporcional às contribuições que a peça epigrafada pode dar para completar o panorama de uma época histórica em dada região.

O achado deste monumento foi noticiado, em 1973, no *Jornal do Fundão*:

«Mais uma vez, o tractor desenterra sinais evidentes da colonização romana. Recentemente, na quinta da Caneca, freguesia do Salgueiro, Fundão, o tractor fez aflorar pedras trabalhadas, pertencentes a uma “vila” romana e pôs a descoberto uma estela votiva, dedicada aos deuses Manes».<sup>1</sup>

Acrescenta a notícia que, «no local da descoberta eram, há muito, visíveis sinais de povoamento. Abundavam os pedaços de telhas, tijolos de pavimento e restos de olaria; fundos de “olas” e louça mais fina, talvez mesmo alguma “sigilata”», referindo-se, mais adiante, uma soleira de porta, «o fundo de uma ânfora e uma tijoleira grossa praticamente intacta, e restos de forja».

Naturalmente, o que mais chamou a atenção do autor foi a pedra, por ter inscrição e por, dada a sua localização inusitada – «está colocada no lado em que a pedra assentava na construção» –, fazer suspeitar, desde logo, «que a inscrição foi aposta numa pedra que tinha outro uso, pertencente a um conjunto votivo mais extenso». Além disso, «tem num dos lados, virado sem dúvida para a frente, uma roda solar, símbolo do sol e talvez do Deus Mitra, cujo culto era muito vulgar entre os soldados romanos durante a segunda parte do Império».

Apesar de se dizer aí que «pedras iguais a esta encontram-se com abundância em Idanha-a-Velha», julgamos que a frase não pode ser tomada à letra: iguais por terem inscrição, iguais por serem romanas, mas não iguais na forma e nas dimensões – pelo menos, quanto saibamos.

O monumento ficou, na altura, «junto ao caminho» (o texto está ilustrado precisamente com a sua fotografia aí); por isso se apela ao seu resguardo, eventualmente no museu do Fundão – «embora seja o que a gente sabe, no entanto cabe lá mais uma pedra até que se possa organizar melhor»; à sua catalogação; e que «se evitasse que fosse levada para longe».

1 - «Estação romana na Quinta da Caneca», 20 de Maio de 1973, p. 2.



Tendo tido conhecimento desta informação, solicitámos a Ana Isabel Moura Silva que, no âmbito do seu trabalho universitário, fizesse o ponto da situação acerca desta epígrafe. O resultado da sua pesquisa acabou por ter também – e felizmente – acolhimento nas páginas do mesmo jornal<sup>2</sup>.

Ana Moura Silva, depois de se fazer eco das principais informações da notícia de 1973, refere que José Monteiro diligenciou, por intermédio da Câmara Municipal, junto da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, para que a peça fosse recolhida no Museu do Fundão<sup>3</sup>. Assinala a opinião de João Vaz<sup>4</sup> de que a Quinta da Caneca pertence à freguesia de Peraboa (que é do concelho da Covilhã) e de que o monumento se «guarda actualmente no Museu de Cava Juliana, na Covilhã». Ana Moura Silva, comentando esta divergência quanto à localização administrativa do local de achado, aponta a circunstância de a quinta estar precisamente no limite de ambas as freguesias, «o que é susceptível de dificultar a atribuição do achado»; acrescenta, todavia, que, por João Vaz não apontar razões da discordância, o melhor é manter-se a primeira «até prova em contrário».

Corrige, em seguida, algumas das afirmações feitas: trata-se de um monumento funerário e não votivo; a rosácea é elemento decorativo comum em monumentos funerários romanos e «nada tem que ver com o alegado culto de Mitra»; e sugere que tanto o contexto arqueológico como «a omissão do nome do(s) defunto(s) e a circunstância de se ter escrito por extenso uma fórmula que, por tão corrente, habitualmente se apresenta em siglas» «levam-nos a pensar que a epígrafe se destinava a fazer parte de um mausoléu».

Ana Moura Silva termina sublinhando o interesse do monumento, «nomeadamente do ponto de vista tipológico, impondo por conseguinte que se proceda, quanto antes, ao seu estudo exaustivo». Aliás, já o próprio João L. Inês Vaz concluía: «Mereceria um estudo atento».

Quando um dos signatários (P. C. C.) preparava a sua dissertação de doutoramento<sup>5</sup>, deparou-se com a necessidade de referir o monumento. Fê-lo na p. 445, no âmbito do ficheiro de epígrafes (ficha 36): confirma que o contexto arqueológico é uma *villa* da freguesia do Salgueiro e afirma que os caracteres estão gravados num *pulvinus* «que integraria um mausoléu em forma de altar».

Mais adiante, na p. 944, nota 4, aponta desde logo a necessidade de se dar maior atenção ao achado destes «*pulvini* monumentais», porque a sua presença, dado que «inspirados em modelos itálicos, poderá denunciar a

2 - *Jornal do Fundão*, 27 de Março de 1987: Ana Isabel Moura SILVA, «Importante monumento funerário do Salgueiro (Fundão)».

3 - José MONTEIRO, *Pequena História de um Museu (Fundo e Catálogo. Carta Arqueológica do Concelho do Fundão)*, Lisboa, 1978, p. 143: breve nota sob o título «Estela votiva encontrada na Quinta da Caneca».

4 - In *Conimbriga* 17 1978 p. 178 (no âmbito da recensão ao referido livro de José Monteiro).

5 - *Cova da Beira – Ocupação e exploração do território na época romana*, defendida, na Universidade de Coimbra, a 25 de Julho de 2006.



instalação de colonos [...] num momento inicial da ocupação romana dos campos».

Acrescenta que «na Lusitânia, este tipo de mausoléus, difundidos na época júlio-claudiana, surgem sobretudo registados em ambientes urbanos, como seja, desde logo, a capital provincial; e encontram-se igualmente bem representados na sede da *civitas Igaeditanorum*». Já D. Fernando de Almeida<sup>6</sup> identificara nove *pulvini* reutilizados na muralha tardo-romana ou medieval da cidade e conservados no museu de S. Dâmaso, informação esta que foi posteriormente inserida no catálogo de Gamer (1989). Alguns deles, tais como os de Mérida – a que Beltrán faz referência (p. 115) – apresentam claras similitudes formais e ornamentais com o nosso. A *Civitas Igaeditanorum* e *Augusta Emerita* destacam-se, aliás, claramente na Lusitânia pela concentração deste tipo de peças<sup>7</sup>, o que não deixa de ser significativo e revelador, também por esta via, dos especiais vínculos entre as duas cidades, como recentemente se tem vindo a acentuar<sup>8</sup>.

Juntamente com Vítor Pereira e Marcos Osório, Pedro Carvalho pôde ainda identificar, recentemente, um outro destes *pulvini* «na parede de uma casa da aldeia de Gagos (Guarda)» (foto 1): tem gravados (no local da rosácea do da Quinta da Caneca) dois círculos concêntricos, a dar ideia de uma pátera estilizada e, no sentido do comprimento, o que, à primeira vista, se assemelha a um compasso, mas que também pode ser a estilização de um jarro do tipo almotolia. Estes dois serão, até ao momento, a darmos crédito ao mapa de distribuição publicado por Beltrán Fortes (p. 103), os exemplares localizados mais a norte na província da Lusitânia.



Foto 1

6 - ALMEIDA (Fernando), *Egitânia – História e Arqueologia*, Lisboa, 1956, fig. 80-87.

7 - Há depois apenas registo de *pulvini* isolados em Coria e em Trujillo (Cáceres). Anote-se, ainda, que, para além de Idanha e Mérida, as duas cidades romanas de Hispânia com maior número de testemunhos destes monumentos são *Barcino* e *Tarraco*.

8 - Cf., a título de exemplo, de José d'ENCARNAÇÃO: «*Emerita e civitas Igaeditanorum*: uma relação bem registada na epigrafia», *Eburobriga* 1 2004 57-60; e a comunicação: «O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões», apresentada, em Maio de 2006, no Museo Nacional de Arte Romano, em Mérida, no âmbito do Congresso Internacional «Culto Imperial: política y poder», a publicar nas respectivas actas.

Cumpre-nos ainda acrescentar que, tendo em conta que, na decoração dos *pulvini* de Mérida e de Idanha, é habitual aparecerem, para além das rosetas inscritas num círculo, jarros e páteras, poderemos interrogar-nos se o silhar - de 61 x 50 cm - bem talhado em granito de grão fino, aparentemente sem qualquer inscrição, que Pedro Carvalho identificou em Caria, na parede de uma casa da Rua Dr. Joaquim Borrego Cameira<sup>9</sup>, e que tem gravado em relevo um jarro - de 45 x 24 cm - desprovido de asa, não fará também parte de um mausoléu coroado por *pulvini*. Cremos bem que sim<sup>10</sup>.

### O monumento

O monumento, esculpido em granito de grão fino da região, encontra-se actualmente (2006) na Biblioteca Municipal da Covilhã e, na verdade, nunca o seu estudo epigráfico foi efectuado.

A classificação de *pulvinus* (à letra, «almofada») está correcta: trata-se de um elemento que se colocava na parte superior de um altar, com a parte cilíndrica para o exterior lateral<sup>11</sup>. Neste caso, estamos em presença do *pulvinus* a colocar no lado esquerdo do monumento (o topo oposto não tem decoração), pois que se postula a existência de outro, idêntico, do lado oposto, formando, portanto, dois toros do capitel de uma ara.

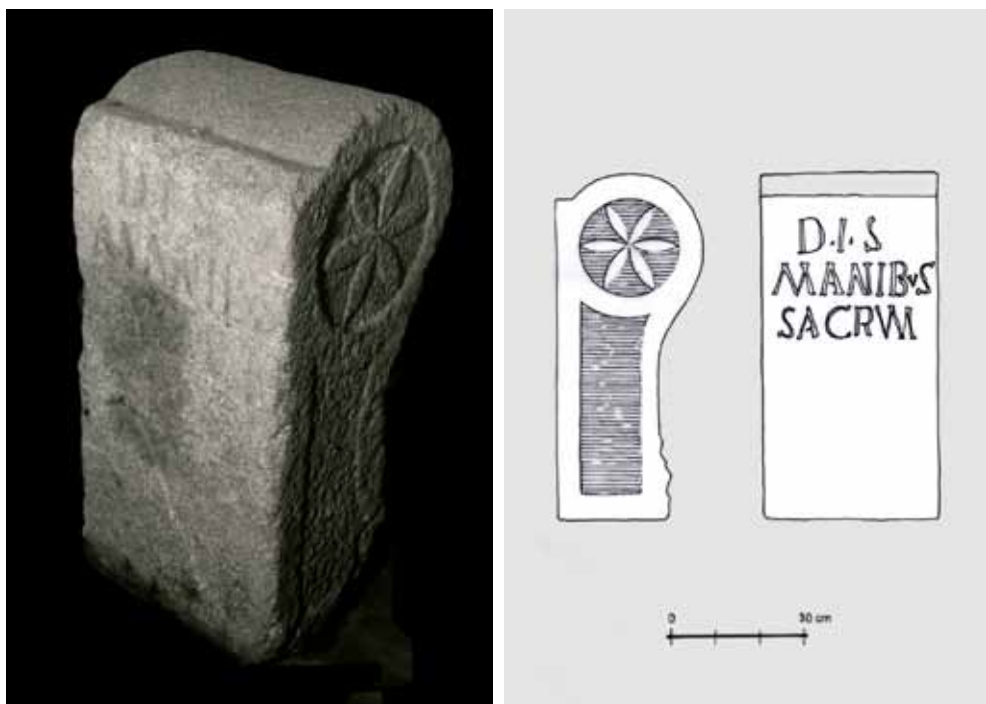


Foto 2

9 - Refere-se-lhe na sua tese de doutoramento (p. 307 e foto 69).

10 - Aliás, também temos dúvidas quanto à verdadeira função de uma pedra que encontramos, neste Verão de 2006, reutilizada num tanque da Quinta da Caverna (Capinha, Fundão): pela forma, poderá ser igualmente um *pulvinus*. Entretanto, Fernando Patrício Curado informou-nos de que no Museu da Meimoa (Penamacor) existe um outro *pulvinus*, vindo, mui provavelmente, do Vale da Canadinha.

11 - José Beltrán Fortes e Luís Baena Del Alcázar («Pulvinos monumentales de Mérida», *Anas* 9 1996 105-13) definem *pulvini* como sendo elementos arquitectónicos isolados, construídos para fazer parte do coroamento de mausoléus em forma de altar.

Assim, as medidas devem ser dadas atendendo a essa posição para que o elemento originalmente foi pensado:

- comprimento: 80 cm;
- altura: 33 (na rosácea), 25 (na outra extremidade);
- espessura: 40 cm.

No topo foi gravada, em baixo-relevo, por rebaixamento da superfície, uma rosácea hexapétala, inscrita num círculo com 23 cm de diâmetro. Por rebaixamento também da superfície, foi obtida uma decoração singela de faixa entre a zona do toro e a extremidade oposta, de modo a dar um bonito efeito de claro-escuro para o observador. O toro arranca ligeiramente acima da base, deixando como que um chanfro reverso a marcar o local de assentamento terminal – ver desenho e foto 2.

É lisa a superfície que marcaria o centro do monumento em que o *pulvinus* assentaria; mas não podemos saber se se ajustaria a outro igual ou se, entre ambos, como no exemplo de Colónia que reproduzimos<sup>12</sup>, se pensava em colocar um frontão triangular ou *fastigium*. Segundo Beltrán Fortes e Baena Del Alcázar (p. 114) seria, porém, mais provável a não-existência, na Lusitânia, desses frontões triangulares entre *pulvini*.

Se tivermos em consideração que o referido altar de Colónia (foto 3) mede 61 x 34,5 x 22,5, poderemos imaginar que o altar para que este *pulvinus* foi pensado deveria medir, de largura, pelo menos 2 x 80 cm mais uns 20 a 30 cm para o *fastigium* intermédio (caso existisse), ou seja, quase dois metros de largo. A espessura conhecemo-la: é a do próprio *pulvinus* – 40 cm. Por conseguinte, para que o conjunto fosse proporcionado, haveríamos de pensar num altar que teria algo como 4 m de altura, o que significava, na verdade, algo de muito imponente<sup>13</sup>. Ainda que preconizássemos a existência de uma largura maior – como há exemplos – facilmente teríamos, no entanto, um monumento de cerca de 3 m de alto...

Existiu tal monumento, a assinalar, sem dúvida, um jazigo de família?

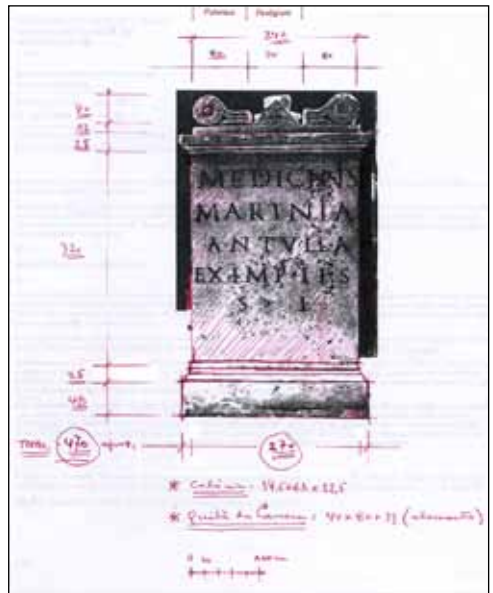


Foto 3

12 - GALSTERER (Brigitte und Harmut), *Die römischen Steininschriften aus Köln*, Köln, 1975, nº 115 (p. 34, tafel 26). Trata-se de um altar dedicado por Marínia Antulla às deusas Medicinas, por ordem expressa das próprias divindades – *ex imp(erio) ips(arum)*. Cf. CIL XIII 8231.

13 - Agradecemos ao Dr. José Luís Madeira a análise pormenorizada que fez ao monumento de Colónia, comparando-o com o que poderia ter sido o monumento total do Salgueiro, tendo chegado à interessante conclusão de que, a ter existido e a ter *fastigium* intermédio, o seu arquitecto teria seguido o mesmo módulo, só que... 13 vezes maior!



É possível que sim, embora – em caso afirmativo – mais vestígios se devessem encontrar no local, até porque, temos de contar ainda com a provável existência de um plinto moldurado. E estamos a recordar o altar funerário de *Galla*, de Tróia (Grândola)<sup>14</sup>, que também foi feito em três partes (base, fuste e capitel): mede 171 cm de altura total e o capitel tem 94 x 94 (neste caso, sem toros e simplesmente moldurado) – foto 4. De semelhante, teríamos, por exemplo, os grandes monumentos funerários da *Via dei Sepolcri*, em Pompeios... Custa-nos, pois, a crer que, com essas proporções, nesta região da Lusitânia, tal se haja concretizado.



Foto 4

Existe, contudo, um outro local da Península a que, neste âmbito, não podemos deixar de fazer referência, até porque basta visitar o seu Museu de Arqueologia para, de imediato, nos saltar à mente a comparação: Barcelona<sup>15</sup>. Com efeito, «entre los hallazgos de relieves romanos efectuados en Barcelona el grupo más numeroso está constituido por una serie de piezas, que formaron parte de monumentos funerarios que representan el *gorgoneion*, o *caput Medusae*», escreveu Alberto Balil<sup>16</sup>, referindo, mais adiante, que se trata de elementos decorativos próprios de monumentos que «parecen corresponder a un nivel medio de la burguesía municipal, magistrados, veteranos y libertos ricos» (p. 66-67), pois que estamos em presença de um «altar funerário que, muy pronto, adoptó formas “monumentales”» (p. 64). Este seu artigo reveste-se, por conseguinte, do maior interesse para compreendermos o significado real do monumento que nos ocupa, pois que, se em Barcelona é o rosto de Górgona que surge, noutros locais – e Balil a isso se refere – são as rosáceas que o substituem, atendendo a que, em determinado momento, Górgona se identificava com a Lua cheia, «que, na doutrina pitagórica, era a morada das almas dos bem-aventurados» (p. 66).

Cumprе, pegar, porém, numa afirmação anterior, segundo a qual este tipo de ornamento se tem encontrado, nomeadamente, na *civitas Igaeditanorum*. Na epigrafia desta cidade, como Ana Paula Ferreira já teve ensejo de sublinhar<sup>17</sup>, o monumento típico é o bloco moldurado, que tem todo o aspecto, pelas suas dimensões, de ter sido susceptível de se adaptar a um jazigo, como elemento arquitectónico:

14 - José d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, n.º 210.

15 - E já aludimos ao facto de nessa cidade existir importante núcleo de *pulvini*.

16 - Alberto BALIL, «Los Gorgoneia de Barcino», *Faventia* 1/1 1979 63-70.

17 - Ana Paula Ramos FERREIRA, *Epigrafia Funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?*, Trabalhos de Arqueologia n.º 34, IPA, Lisboa, 2004, p. 38.



«Por imperativos espaciais, construíram-se vários jazigos colectivos ou familiares, dos quais os blocos eram parte integrante e que iam sendo gravados à medida que se iam depositando os defuntos. Tendo em conta o número elevado destes blocos, só como parte de um monumento colectivo se podem entender: se assim não fosse, e cada um correspondesse a uma estrutura individual, a necrópole não se coadunaria com as dimensões da cidade».

Também aqui nos confrontamos com um problema de dimensões...

E se esses blocos da *civitas Igaeditanorum* constituíssem o «fuste» ou a parte intermédia de um altar, assente numa base e sobre que repousassem dois *pulvini*?

Quer se tenha efectivamente construído ou não, o monumento para que foi pensado o *pulvinus* da Quinta da Caneca era sumptuosamente grandioso e constitui reflexo, como atrás se dizia, de uma mentalidade aberta às influências itálicas, não sendo despicienda, pois, a hipótese de haver sido pensado por um dos colonos, que, no alvor dos tempos romanos, por aqui fixou residência e enriqueceu.

### A epígrafe

Resta-nos o problema da epígrafe. Na face que fora pensada para base do *pulvinus* foi gravada, por extenso, a invocação aos deuses Manes (foto 5):

DIS / MANIBVS / SACRVM

«Consagrado aos deuses Manes».

Altura das letras: l. 1: 7,3; l. 2: 7, l. 3: 7,1.  
Espaços: 1: 4; 2: 2,3; 3: 2,1; 4: 43,5.

Gravação com badame, em bisel, muito regular, com tendência não rigorosa para seguir um eixo de simetria, patente no alargamento dos espaços interliterais na l. 1 e correspondente colocação de pontos, na grafia do pequeno V na l. 2 e na adopção do nexu VM na l. 3. Caracteres actuários, de inclinação levemente irregular: S assimétrico

(a parte inferior mais cerrada); M largo e também assimétrico; A de barra tênue; B e R feitos a partir de um P inicial, o primeiro de pança inferior descaída; C amplo. No nexu é aproveitada a primeira haste do M para ser comum à segunda do V. No conjunto, um trabalho hábil de lapicida experiente, tanto mais que sabe poder grafar num só – como que em crase colloquial – os II da palavra DIIS. Movemo-nos, conseqüentemente, num ambiente culturalmente bastante acima da média.

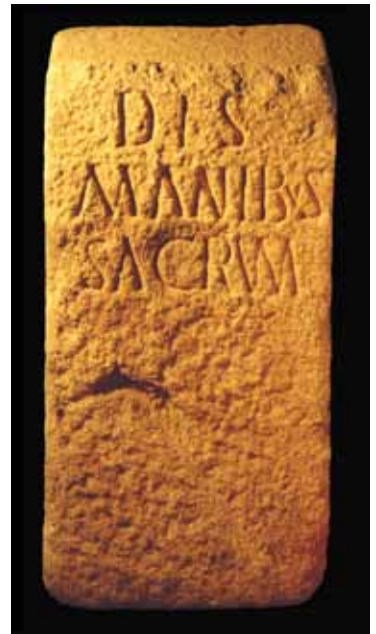


Foto 5

Importa, pois, interrogarmo-nos sobre o que aconteceu. E, em primeiro lugar, sobre a autenticidade do letreiro. Acerca disso, não temos a menor dúvida: pela paleografia, é da época romana; atrever-nos-íamos mesmo a datá-lo da primeira metade do século I da nossa era. Como também não há lugar para suspeitas no que concerne à forma do *pulvinus*, tão comum ela é, e tão frequente – como, aliás, já foi salientado – a presença da rosácea hexapétala, entendida como simples elemento decorativo ou vista, inclusive, como símbolo solar<sup>18</sup>.

Sendo assim, a relativa grandiosidade do *pulvinus* (recorde-se que mede 80 cm de comprimento e 40 de largura) ajeitam-no perfeitamente a ser ‘transformado’ em estela funerária a identificar um local de sepultura. Aliciante será, pois, a hipótese de – tendo verificado a impossibilidade (financeira ou de outro tipo) de levar a bom termo a edificação de tão grandioso altar – a família se tenha resignado a assinalar desta forma a sua necrópole. Consagrando determinado espaço aos deuses Manes, mediante a utilização da fórmula por extenso, para que não subsistissem dúvidas, garantiria, assim, a sua inviolabilidade.

Creemos ter resolvido, desta sorte, o aparente mistério deste achado isolado no panorama da epigrafia da Lusitânia romana. Não podemos, porém, considerá-lo inteiramente solucionado sem um apelo final: dora-vante, como se disse, importa perscrutar com olhos ainda mais atentos as paredes das casas, os valados divisórios de propriedades, as decorações de quintais e de jardins... Porventura, outros achados estarão por aí.

---

18 - Cf. MANTAS (Vasco Gil), «Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras», *Conimbriga* 21 1982 81-83. E também J.-J. HATT, *Les Monuments Funéraires Gallo-Romains du Comingés et du Couserans*, Toulouse, 1945, sobretudo p. 232-239, em que aborda a problemática da relação das rosáceas com «signos astrais» e, inclusive, com a representação da face da Górgona e da Medusa, interrogando-se sobre a aculturação eventualmente patente na adopção dessa simbologia em que entra a ideologia indígena e a romana.